

NOSSO FUTURO COMUM: COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RELATÓRIO DE BRUNDTLAND

A ONU retomou o debate das questões ambientais no início da década de 1980 e solicitou a realização de “uma agenda global para mudança”. Tratava-se de um apelo urgente da Assembléia Geral das Nações Unidas com a finalidade de: 1) propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 em diante; 2) recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação com objetivos comuns e interligados entre os países em desenvolvimento e os que estão em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social; 3) considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental; 4) ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo a ser posta em prática nos próximos decênios, e os objetivos a que aspira a comunidade mundial.

Indicada pela entidade, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar o assunto. Tal comissão foi criada em 1983, após uma avaliação dos 10 anos da Conferência de Estocolmo, com o objetivo de promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões. O documento final desses estudos chamou-se “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brundtland, como ressalta a primeira-ministra da Noruega ainda no prefácio do livro, intitulado inclusive como o documento mais importante da década sobre o futuro do mundo.

Esta comissão acredita que os homens podem construir um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro. Este relatório “*Nosso Futuro Comum*” não é uma previsão de decadência, pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. Ao contrário, a comissão vê a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais, sendo tal crescimento absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento. A importância do Relatório está em que este criticou o modelo de desenvolvimento adotado pelos países desenvolvidos, o qual se baseia no uso desenfreado de recursos materiais, tornando-o insustentável. Assim, é defendido por este relatório que é chegado o momento de tomar decisões necessárias a fim de garantir os recursos para o sustento desta geração e das próximas, sem oferecer um plano de ação e sim um caminho para que os povos do mundo possam ampliar suas esferas de cooperação. Dessa forma o livro é dividido em três partes: i) Preocupações comuns; ii) Desafios Comuns e iii) Esforços Comuns.

PARTE I: PREOCUPAÇÕES COMUNS

Um futuro ameaçado

O Relatório de Brundtland (1983) aponta que a mortalidade infantil está em queda; a expectativa de vida humana vem aumentando; o percentual de adultos, no mundo, que sabem ler e escrever está em ascensão; o de crianças que ingressam na escola está subindo; e a produção global de alimentos aumenta mais depressa que a população. Mas os mesmos processos que trouxeram essas vantagens geraram tendências insuportáveis para o planeta e seus habitantes. Estas têm sido tradicionalmente divididas em fracassos do “desenvolvimento” e fracassos na gestão do meio ambiente. No tocante ao desenvolvimento, há, em termos absolutos, mais famintos no mundo do que nunca, e seu número vem aumentando. O mesmo ocorre com o número de analfabetos, dos que não dispõem de água e moradia de boa qualidade, e nem de lenha e carvão para cozinhar e se aquecer. Amplia-se, em vez de diminuir, o fosso entre nações ricas e pobres, e, dadas as circunstâncias atuais e as disposições institucional, há poucas perspectivas de que essa tendência se inverta.

Há também tendências ambientais que ameaçam modificar radicalmente o planeta e a vida de muitas espécies. A cada ano, 6 milhões de hectares de terras produtivas se transformam em desertos inúteis. Em 30 anos, representará uma área quase igual à da Arábia Saudita. Anualmente, são destruídos mais de 11 milhões de hectares de florestas, o que em 30 anos, representará uma área do tamanho aproximado da Índia. Grande parte dessas florestas é transformada em terra agrícola de baixa qualidade, incapaz de prover o sustento dos que nela se estabelecem. Na Europa, as chuvas ácidas matam florestas e lagos e danificam o patrimônio artístico e arquitetônico das nações. A queima de combustíveis fósseis espalha na atmosfera dióxido de carbono, o que vem provocando um gradual aquecimento do planeta. Certos gases industriais ameaçam comprometer seriamente a camada protetora de ozônio que envolve o planeta, com o que aumentaria acentuadamente a incidência de vários tipos de câncer em seres humanos e animais.

As falhas que necessitam de correção derivam da pobreza e do modo equivocado de se buscar a prosperidade. Muitas partes do mundo entraram em um círculo vicioso: os povos pobres são obrigados a usar excessivamente seus recursos ambientais a fim de sobreviverem e o fato de empobrecerem seu meio ambiente os empobrece mais, tomando sua sobrevivência ainda mais difícil e incerta. A prosperidade conseguida em algumas partes do mundo é com frequência precária, pois foi obtida mediante práticas agrícolas, florestais e industriais que só trazem lucro e progresso a curto prazo. Assim, o Relatório conclui que a pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo.

No que tange o crescimento como outra causa dos problemas ambientais, o Relatório destaca o aumento da qualidade de vida a partir deste desenvolvimento. No entanto, muitos dos produtos e tecnologias que contribuíram para esta melhoria consomem muita matéria-prima e energia, além de serem altamente poluentes. No século XX, o uso de combustíveis fósseis cresceu quase 30 vezes, e a produção industrial aumentou mais de 50 vezes, sendo que a maior parte desse aumento ocorreu a partir de 1950. Formas mais tradicionais de produção também provocam desgaste ambiental como o aumento dos desmatamentos e as intervenções nos ciclos hídricos. Enormes represas, quase todas construídas após 1950, retêm grande parte das águas dos rios. Assim, referente a tal progresso e crescimento, Brundtland (1983) coloca:

Muitos dos atuais esforços para manter o progresso humano são simplesmente insustentáveis, tanto nas nações ricas quanto nas pobres. Elas retiram demais, e a um ritmo acelerado demais, de uma conta de recursos ambientais já a descoberto, e no futuro não poderão esperar outra coisa que não a insolvência dessa conta. Podem apresentar lucros nos balancetes da geração atual, mas nossos filhos herdarão os prejuízos. Tomamos um capital ambiental emprestado às gerações futuras, sem qualquer intenção ou perspectiva de devolvê-lo. Elas podem até nos maldizer por nossos atos perdulários, mas jamais poderão cobrar a dívida que temos para com elas. Agimos desta forma porque podemos escapar imunes: as gerações futuras não votam, não possuem poder político ou financeiro, não têm como opor-se às nossas decisões (BRUNDTLAND, 1983).

O Relatório também alerta sobre a sobrevivência da Terra, afirmando que o aumento da população e da produção que natureza frágil, com equilíbrio delicado apresenta limites que não podem ser transtos sem que a integridade básica do sistema fique prejudicada e atualmente a humanidade se encontra próxima a tais limites e segundo o Relatório, resta pouco tempo para ação corretiva. À nível local e regional são citadas as ameaças de desertificação, desflorestamento, rejeitos tóxicos e acidificação; em nível global, alteração do clima, destruição do ozônio e extinção de espécies. Os riscos aumentam mais rapidamente que a capacidade mundial de lidar com eles.

Em busca do desenvolvimento sustentável

O Relatório de Brundtland propõe então que o desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. Além do conceito, a pergunta é realizada “Como persuadir as pessoas ou fazê-las agir no interesse comum?” A resposta dada pelo próprio

Relatório é que até certo ponto pela educação, pelo desenvolvimento das instituições e pelo fortalecimento legal. Porém muitos dos problemas de destruição de recursos e do desgaste do meio ambiente resultam de disparidades no poder econômico e político. Uma indústria pode trabalhar com níveis inaceitáveis de poluição do ar e da água porque as pessoas prejudicadas são pobres e não têm condições de reclamar. Pode-se destruir uma floresta pela derrubada excessiva porque as pessoas que nela vivem ou não têm alternativas ou são em geral menos influentes que os negociantes de madeira. Assim sendo, para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e prover oportunidades de uma vida melhor. O Relatório ainda aponta a necessidade que todos os países modifiquem suas políticas tanto em relação a seu próprio desenvolvimento quanto em relação aos impactos que poderão exercer sobre as possibilidades de desenvolvimento de outras nações. Os principais objetivos das políticas ambientais e desenvolvimentista que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável são entre outros: retomar o crescimento; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar o risco; incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões.

O Papel da economia internacional

A principal idéia deste capítulo do Relatório é que torna-se cada vez mais necessária uma cooperação internacional efetiva para lidar com a interdependência ecológica e econômica, no que tange, por exemplo, a importância de investimentos privados e o papel-chave das empresas transnacionais, conforme destaca o Relatório de Brundtland (1983). Contudo, verifica-se ao mesmo tempo um decréscimo de confiança nas organizações internacionais e uma redução do apoio que lhes é dado.

As pressões da pobreza e do aumento populacional dificultam imensamente a adoção de políticas ecologicamente viáveis nos países em desenvolvimento. Nos anos 80, as taxas de crescimento econômico declinaram acentuadamente ou mesmo foram negativas em grande parte do Terceiro Mundo, sobretudo na África e na América Latina. Entre 1981 e 1985, o crescimento populacional foi maior que o crescimento econômico na maioria dos países em desenvolvimento. A deterioração das relações de troca, as obrigações cada vez maiores com relação à dívida e o protecionismo crescente nas economias de mercado desenvolvidas causaram sérios problemas de pagamento ao exterior. Assim, o declínio dos anos 80 agravou as pressões sobre o meio ambiente de vários modos: as medidas de austeridade do Fundo Monetário Internacional (FMI) e as condições recessivas gerais aumentaram o desemprego. Isso leva a um número maior de pessoas a retornar à agricultura de subsistência, a qual exige muito da base de recursos naturais, provocando seu desgaste; os programas de austeridade incluem necessariamente cortes governamentais tanto de pessoal como de gastos em agências de meio ambiente ainda incipientes, prejudicando assim os esforços ainda mínimos no sentido de incluir considerações de ordem ecológica no planejamento do desenvolvimento; e a conservação do meio sempre é relegada a segundo plano em épocas de tensão econômica.

Tais desigualdades apontadas pelo “Nosso Futuro Comum”, representam diferenças na atual realidade bem como quanto a capacidade destes países melhorarem sua qualidade de vida no futuro e constituem um problema a mais para a administração do meio ambiente, pois a maioria dos países em desenvolvimento dependem, para aumentar suas exportações, de produtos agrícolas vulneráveis a relações comerciais instáveis. Muitas vezes a expansão só é possível à custa do desgaste ecológico. Contudo condições desvantajosas de transferências de tecnologia, protecionismo e menores fluxos financeiros para os países que mais precisam de financiamento internacional impedem uma diversificação que atenuaria a pobreza e o desgaste ecológico. A recente crise africana ilustra bem e de modo trágico como a economia e a ecologia podem interagir de forma destrutiva. Essa crise, desencadeada pela seca, tem parte das causas devido a um sistema econômico mundial que retira do continente pobre mais do que lhe dá. Não podendo pagar suas dívidas, as

nações africanas que dependem da venda de produtos primários vêm-se obrigadas a superexplorar seus solos frágeis, transformando assim terras boas em desertos. Por causa das barreiras comerciais impostas pelos demais países os africanos tem dificuldade em vender seus produtos a preços razoáveis, o que pressiona ainda mais os sistemas ecológicos. A ajuda concedida pelas nações doadoras não só tem ficado aquém do desejável como frequentemente reflete mais as prioridades destas nações do que as necessidades dos países receptores. Em face aos montantes envolvidos, o impacto da dívida foi mais visível em alguns países da América Latina do que em alguns países africanos. Devido à "crise da dívida" da América Latina, os recursos naturais dessa região estão sendo usados não para o desenvolvimento, mas para cumprir as obrigações financeiras contraídas com os credores estrangeiros. Esse enfoque do problema da dívida é insensato sob vários aspectos: econômico, político e ambiental. Exige que países relativamente pobres aceitem o aumento da pobreza ao passo que exportam quantidades cada vez maiores de recursos escassos.

A fim de possibilitar o desenvolvimento sustentável, o Relatório de Brundtland argumenta que a longo prazo, são necessárias mudanças substanciais para tornar sustentáveis os padrões de consumo e produção num contexto de crescimento global mais elevado. A curto prazo, para quase todos os países em desenvolvimento, uma nova era de crescimento econômico depende de uma administração econômica eficiente e coordenada entre os principais países industrializados. Tal administração visaria, entre outras medidas a estimular o fluxo de recursos para os países em desenvolvimento; aumentar o fluxo de financiamentos; deter o avanço do protecionismo; difundir tecnologias economicamente viáveis e criar capacidade tecnológica em países em desenvolvimento. O Relatório ressalta que essa reorientação é um dos principais desafios institucionais para os anos 90 e os seguintes. Realizá-la exigirá grandes reformas institucionais.

PARTE II: DESAFIOS COMUNS

População e Recursos Humanos

Para Brundtland (1983) as atuais taxas de aumento populacional não podem continuar, pois já estão comprometendo a capacidade de muitos governos de fornecer educação, serviços médicos e segurança alimentar às pessoas, e até sua capacidade de elevar os padrões de vida. Esta defasagem entre números de pessoas e recursos é ainda mais premente porque grande parte do aumento populacional se concentra em países de baixa renda, em regiões desfavorecidas do ponto de vista ecológico e em áreas de pobreza. Muitos governos têm de lutar em várias frentes: conter o aumento populacional; controlar os efeitos desse aumento sobre os recursos e, dispondo de mais conhecimentos, ampliar os limites desses recursos e aumentar sua produtividade; possibilitar a realização do potencial humano, para que as pessoas possam economizar e usar melhor os recursos. O crescimento econômico sustentável e o acesso equitativo aos recursos são duas formas de se chegar a taxas de fecundidade mais baixas, além do destaque também para melhorias das condições gerais da saúde e educação associadas a outras mudanças sociais que elevam o status feminino.

Outro ponto relevante é o desenvolvimento dos recursos humanos não só para a aquisição de aptidões e conhecimentos técnicos, mas também para o estabelecimento de novos valores que ajudem os indivíduos e as nações a enfrentarem as realidades sociais, ambientais e de desenvolvimento que se encontram em rápida transformação. Se o mundo partilhar o conhecimento, haverá maior entendimento mútuo e maior empenho em partilhar equitativamente os recursos globais.

Segurança alimentar: mantendo o potencial

Conforme o Relatório de Brundtland (1983), há recursos agrícolas e tecnologia necessária para alimentar populações cada vez maiores e nas últimas décadas houve muitos progressos, pois não faltam recursos para a agricultura. O que falta são políticas que assegurem que o alimento seja produzido não só onde é necessário, mas de modo a garantir a subsistência das populações pobres rurais. A demanda de alimentos crescerá à medida que as populações aumentarem e seus padrões de consumo se alterem. Até o fim do século, a família humana será acrescida de cerca de 1,3 bilhões de

peessoas, mas a elevação das rendas pode ser responsável por 30 a 40% do aumento da demanda de alimentos nos países em desenvolvimento, e por cerca de 10% nas nações industrializadas. Outro destaque é que a maioria dos países em desenvolvimento necessita de sistemas de incentivos mais eficazes para estimular a produção, sobretudo de culturas alimentares. Em suma, é preciso favorecer o pequeno agricultor que conta com tecnologias quase sempre inadequadas, sendo praticamente negligenciado em muitos países. Já a maioria dos países industrializados deve alterar os sistemas atuais, a fim de cortar excedentes, reduzir a concorrência desleal com os países que possam ter vantagens comparativas reais, e promover práticas agrícolas sensatas do ponto de vista ecológico.

Assim, nas próximas décadas, o desafio é que o sistema global de alimentos seja gerido de forma a aumentar a produção de alimentos em 3 a 4% anualmente. A segurança alimentar do mundo depende não só do aumento da produção global, mas da redução das distorções na estrutura do mercado mundial de alimentos e também de um deslocamento da produção de alimentos para países, regiões e famílias que apresentam déficit em alimentos.

Espécies e ecossistemas: Recursos para o desenvolvimento

Cresce o consenso no meio científico de que as espécies estão desaparecendo a um ritmo nunca antes presenciado no planeta. Muitos ecossistemas biologicamente ricos, e promissores em benefícios materiais encontram-se seriamente ameaçados. O Relatório defende que a diversidade de espécies é necessária ao funcionamento normal dos ecossistemas e da biosfera. O material genético das espécies selvagens contribui anualmente com bilhões de dólares para a economia mundial sob a forma de cultivos melhorados, novas drogas e medicamentos e matérias-primas para a indústria. Mas, além da utilidade, há também razões morais, éticas, culturais, estéticas e puramente científicas para a conservação da vida selvagem.

Dessa forma, os governos deveriam considerar a possibilidade de estabelecerem uma "Convenção das Espécies", semelhante em objetivos a outras convenções internacionais atinentes a princípios relativos a recursos universais. Também deveriam pensar em acordos financeiros internacionais para custear a implementação dessa convenção.

Energia: opções para o meio ambiente e o desenvolvimento

Segundo o Relatório de Brundtland (1983), dentre as alternativas disponíveis atualmente, não se pode apontar uma via energética que sozinha possa ser considerada a melhor opção sendo segura e duradoura. Atualmente, o indivíduo médio numa economia industrial de mercado consome mais de 80 vezes mais energia que um habitante da África subsaariana. Portanto, qualquer cenário energético global realista deve contar com um aumento substancial no consumo de energia primária nos países em desenvolvimento. Para que, por volta do ano 2025, os países em desenvolvimento consumam tanta energia quanto os industrializados, seria preciso aumentar cinco vezes o atual consumo global. O ecossistema planetário não suportaria isso, sobretudo se esses aumentos se concentrassem em combustíveis fósseis não-renováveis. É evidente, então, que a melhor maneira de se chegar a um futuro sustentável é o consumo de menos energia.

Teoricamente, todas as diversas fontes de energia podem contribuir para a futura combinação energética a ser utilizada em todo o mundo. Mas cada uma tem seus custos, benefícios e riscos econômicos, sanitários e ambientais, fatores que interagem ativamente com outras prioridades governamentais e globais. É preciso fazer opções, mas sabendo que a escolha de uma estratégia energética determinará inevitavelmente a escolha de uma estratégia ambiental. Assim, a necessidade de uma transição para uma combinação de fontes energéticas mais ampla e mais sustentável já começa a ser aceita. As fontes de energia renováveis poderiam contribuir bastante para isso, sobretudo mediante tecnologias novas e mais avançadas, mas seu desenvolvimento dependerá, em curto prazo, da redução ou da eliminação de certas restrições econômicas e institucionais a seu uso, que, em muitos países são enormes. Os elevados subsídios disfarçados para combustíveis convencionais, embutidos na legislação e nos programas energéticos da maioria dos países

constituem um entrave às fontes renováveis. Os países deveriam realizar um exame geral de todos os subsídios e outros incentivos a várias fontes de energia e eliminar os que não tivessem uma clara justificativa.

Sendo assim, o Relatório afirma que a maioria dessas fontes apresenta hoje problemas, mas, com inovações, poderão fornecer a mesma quantidade de energia primária que o planeta consome atualmente. Contudo, para atingir esses níveis de consumo será preciso um programa coordenado de pesquisas e projetos que disponha dos recursos financeiros necessários e os países em desenvolvimento terão de ser assistidos para alterar seus padrões de consumo de energia nesse sentido.

Indústria: com menos produzir mais

Hoje o mundo fabrica sete vezes mais produtos do que o fazia há relativamente pouco tempo, nos anos 50. Considerando as taxas de aumento populacional, será necessário elevar de cinco a 10 vezes a produção de manufaturados apenas para fazer com que o consumo desses bens no mundo em desenvolvimento atinja os níveis do mundo industrializado quando as taxas de aumento populacional se nivelarem no próximo século. O crescimento esperado das indústrias básicas prenuncia um rápido aumento da poluição e da deterioração dos recursos sendo que para ser sustentável a longo prazo, o desenvolvimento industrial terá de mudar radicalmente em termos de qualidade, em especial nos países industrializados.

As tecnologias emergentes prometem maior produtividade, mais eficiência e menos poluição. Porém, muitas apresentam o risco de novos produtos químicos e rejeitos tóxicos e de graves acidentes que superam em natureza e proporções os atuais mecanismos para enfrentá-los. Os atuais controles sobre o despejo de rejeitos perigosos deveriam ser mais rígidos. Dessa forma, o Relatório defende que em geral, seja preciso encorajar as indústrias e atividades industriais que são eficientes em termos de uso de recursos, que geram menos poluição e resíduos, que se baseiam no uso de recursos renováveis, mais do que no de não-renováveis, e que minimizam os impactos negativos irreversíveis sobre a saúde do homem e do meio-ambiente. Torna-se evidente o planejamento industrial e os processos decisórios que levem em conta as questões relativas a recursos e meio ambiente, além das regulamentações para controlar os impactos da atividade industrial em assuntos tais como poluição do ar, água, controle de rejeitos, saúde e segurança dos trabalhadores, eficiência de produtos e processos no tocante ao uso de recursos, dentre outros.

O Desafio Urbano

De acordo com dados do Relatório de Brundtland (1983), o século XIX foi da “revolução urbana”. Nos 35 anos após 1950, o número de pessoas que vivem nas cidades quase triplicou, tendo aumentado em 1,25 bilhão. Nas regiões mais desenvolvidas, a população urbana quase dobrou, passando de 447 milhões para 838 milhões. No mundo menos desenvolvido, quadruplicou, aumentando de 286 milhões para 1,14 bilhão. No período de apenas 60 anos, a população urbana do mundo em desenvolvimento aumentou 10 vezes, passando de cerca de 100 milhões para aproximadamente 1 bilhão em 1980 ao passo que a população rural mais que dobrou.

O Relatório destaca que poucos governos municipais dos países em desenvolvimento dispõem de poder, recursos e pessoal qualificado para fornecer a suas populações em rápido crescimento as terras, os serviços e as instalações que a qualidade de vida humana requer como água potável, saneamento, escolas e transportes. O resultado é a proliferação de assentamentos ilegais, com instalações primitivas, populações em crescimento desenfreado e índices alarmantes de doenças. Por outro lado, muitas cidades do mundo industrializado também enfrentam problemas tais como infraestrutura em decadência, degeneração do meio-ambiente, deterioração dos centros urbanos. Apesar de disporem de meios e recursos para resolver essa situação, tais cidades são responsáveis por uma grande parcela do uso de recursos, consumo de energia e poluição ambiental do mundo. Muitas delas são de alcance global e obtêm seus recursos e energia de terras distantes, com fortes impactos coletivos sobre os ecossistemas dessas terras.

Os governos terão de formular estratégias de assentamento bem definidas para orientar o processo de urbanização, desafogar os grandes centros urbanos e erguer cidades menores, integrando-as mais estreitamente a áreas interioranas. Isto significa rever e alterar outras políticas como tributação, fixação de preços de alimentos, transporte, saúde, industrialização. Uma boa administração municipal requer a descentralização de recursos e de poder político em favor das autoridades locais que estão em melhor situação para prover as necessidades da área, sendo que o desenvolvimento sustentável das cidades depende de uma cooperação estreita com as minorias pobres urbanas, que são os verdadeiros construtores das cidades, conforme defende o Relatório de Brundtland (1983).

PARTE III: ESFORÇOS COMUNS

Administração das áreas comuns

Para o Relatório de Brundtland (1983), as formas tradicionais de soberania nacional geram problemas específicos quanto à administração dos "bens comuns do globo" e de seus ecossistemas como os oceanos, o espaço cósmico e a Antártida. Já se obteve algum progresso nas três áreas, no entanto ainda há muito que fazer. A Conferência das Nações Unidas sobre Direito Marítimo foi a tentativa mais ambiciosa jamais feita para se chegar a um regime internacionalmente aceito de administração dos oceanos. Todas as nações deveriam ratificar o mais rápido possível o Tratado sobre Direito Marítimo. Seria preciso fortalecer os acordos de pesca para impedir a superexploração que hoje se verifica e também as convenções para controlar e regulamentar o despejo de rejeitos perigosos no mar.

No que tange a administração do espaço orbital, há uma preocupação centrada no uso de tecnologias dos satélites para controlar os sistemas planetários e na contenção do entulho espacial. A colocação de armas em órbita e os testes espaciais aumentariam esse entulho. Assim, a recomendação do Relatório é para por em prática um regime espacial que assegurasse a manutenção do espaço como ambiente pacífico.

Por fim a Antártica que está submetida ao tratado antártico de 1959. Contudo, muitas nações não participantes do Tratado, consideram-no limitado demais, no tocante a participação e da sua abrangência de medidas conservacionistas. A sugestão apontada para o consenso internacional quanto a explorar e administrar melhor o continente é que as nações encontrem meios de promover diálogos entre políticos, cientistas, ecologistas e industriais de países que aderiram ou não ao Tratado.

Paz, segurança, desenvolvimento e o meio ambiente

O Relatório destaca que determinados aspectos das questões de paz e segurança relacionam-se diretamente com o conceito de desenvolvimento sustentável. Em todo o mundo estão surgindo ameaças ambientais à segurança, sendo entre as mais preocupantes as que derivam das possíveis conseqüências do aquecimento global. Tal aquecimento poderia acarretar em efeitos desiguais, abalar sistemas agrícolas que fornecem grandes safras de cereais ao mundo e talvez ainda desencadear movimentos maciços de população em áreas onde a fome já é endêmica. As alterações climáticas e de nível do mar podem prejudicar os viveiros de espécies de peixes economicamente importantes, bem como mudar radicalmente as fronteiras entre nações litorâneas. Porém, dentre os perigos que ameaçam o meio ambiente, o mais grave é a possibilidade de uma guerra nuclear. Além dos efeitos destrutivos da carga explosiva e do calor, que tais armas aumentam enormemente, elas apresentam um outro elemento letal: a radiação iônica que amplia os efeitos mortíferos no espaço e no tempo como a agricultura em particular, prejudicando a produção de alimentos para os sobreviventes da guerra.

Além disso, no que tange a segurança, os governos deveriam rever os gastos excessivos com armamentos em detrimento do que é gasto com a redução da pobreza ou na recuperação do meio ambiente. No entanto, o primordial é conseguir um melhor relacionamento entre as grandes potências capazes de desenvolver armas de destruição em massa a fim de chegar a um controle mais rigoroso quanto a proliferação e testagem das armas nucleares ou não.

Pela ação comum: propostas de mudança institucional e legal

As principais propostas de mudança institucional e legal da Comissão estão contidas em seis áreas prioritárias a seguir:

- *Descobrir as origens* - Este é o momento de os governos começarem a responsabilizar diretamente as principais agências nacionais, econômicas e setoriais pela formulação de políticas, programas e orçamentos que apoiem um desenvolvimento econômico e ecologicamente sustentável, sendo necessário ainda novos acordos entre os países nesse sentido.
- *Lidando com os efeitos* - Os governos deveriam também reforçar o papel e a capacidade dos órgãos de proteção ao meio ambiente e de administração de recursos. Isto é necessário em muitos países industrializados, porém ainda mais urgente nos países em desenvolvimento, que precisarão de assistência para fortalecer suas instituições. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) deveria ser prestigiado, por exemplo.
- *Avaliando os riscos globais* - Necessita-se aprimorar e ampliar a capacidade de identificar avaliar e divulgar os riscos de danos irreversíveis aos sistemas naturais e as ameaças à sobrevivência, à segurança e ao bem-estar da comunidade mundial. Isoladamente ou em grupo, os governos são os principais responsáveis por isso. O Programa de Vigilância Mundial, do PNUMA, deveria encabeçar o sistema de avaliação de riscos da ONU.
- *Fazendo opções com base segura* - As opções necessárias rumo ao desenvolvimento sustentável dependerão do apoio e do envolvimento de um público bem informado, de organizações não-governamentais, da comunidade científica e da indústria. Todos eles deveriam ter ampliados seus direitos, suas funções e participação no planejamento, na tomada de decisões e na implantação de projetos desenvolvimentistas.
- *Fornecendo os meios legais* - O direito nacional e internacional está cada vez mais defasado quanto ao desenvolvimento sustentável. Por isso, cabe aos governos preencher estas lacunas, além de elaborar junto a ONU uma Declaração Universal sobre a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, seguida de uma Convenção.
- *Investindo em nosso futuro* - Há graves implicações financeiras, seja para desenvolver a energia renovável ou controlar a poluição. Neste sentido, o papel das instituições financeiras multilaterais é de suma importância. Atualmente, o Banco Mundial está incluindo em seus programas uma preocupação maior com o meio ambiente. Também é essencial que os bancos de desenvolvimento regionais e o Fundo Monetário Internacional incluam objetivos similares em suas políticas e programas. E as agências bilaterais de assistência também devem adotar novas prioridades.

Um apelo à ação

A comissão realizadora do Relatório de Brundtland coloca que as recomendações realizadas foram baseadas na realidade das instituições atuais e faz um apelo para a necessidade da geração atual começar a agir agora, numa ação conjunta, tanto em nível nacional quanto internacional. A fim de chegar a necessária mudança e à reorientação das políticas e das instituições, a Comissão apela para a Assembléia Geral da ONU, após uma análise profunda do Relatório, que o transforme em um Programa de Ação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, sendo este o intuito da Comissão. Apesar das discordâncias quanto a detalhes citadas pela Comissão, uma vez que seus membros eram provenientes de 21 países diferentes, esta Comissão fecha o livro com a seguinte colocação: “É unânime a nossa convicção: segurança, o bem-estar e a própria sobrevivência do planeta dependem dessas mudanças, já”.